

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em
Economia FEA/PUC-SP



Núcleo de Estudos do Futuro



PUC . SP . Brasil



SUSTENTABILIDADE

ODS 10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019

Turma: ADM-NB9

Prof. Dr. Arnaldo José de Hoyos Guevara

Lucas de Oliveira, Caio Campi, Millan Marcon

São Paulo
2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 – A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	3
1 - Introdução a Redução as Desigualdades	3
1.1 – Qual a Importância da Redução das Desigualdades, Causas e Dados Históricos	4
1.2 - Exemplo do Crescimento da Desigualdade nos EUA	6
1.2.1 – Concentração de Renda EUA	6
1.2.2 – Medidas Iniciais e Futuras a Serem Tomadas?	10
1.3 - Metas de Desenvolvimento Sustentável	11
CAPÍTULO 2 - IMPACTOS NA SOCIEDADE	12
2 - Como a Sociedade é Impactada de Acordo com as Medidas?	12
2.1 – O Papel da Sociedade na Conscientização	15
2.2 – Impactos na Educação e Meio Ambiente	17
2.3 - A Condicionalidade de Educação do Programa Bolsa Família	20
CAPÍTULO 3 - FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE	26
3 - Tecnologia e Empresas: Redução e Conscientização da População	26
3.1 – Construção Políticas Públicas ao Combate	27
3.2 – Cidadão de todas Classes Sociais - Formas de Conscientização	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de sustentabilidade iremos abordar o tema desigualdades sociais em quesito global, de diversas diferenças sociais que impactam em uma sociedade independentemente da sua posição socioeconômica ou grupos econômicos, como surgem e o quanto elas agravam em um país, continentes etc. quais as principais causas, consequências e possíveis medidas futuras para a redução deste índice tão alarmante que preocupa qualquer nação.

As desigualdades sociais voltaram a estar sob forte atenção pública e analítica, as perspectivas teóricas atuais das ciências sociais e a disponibilização de indicadores institucionais têm vindo a colocar em evidência o caráter global das desigualdades contemporâneas.

As dinâmicas sociais atuais voltaram a dar grande visibilidade às desigualdades, recolocando-as sob intensa atenção pública e analítica. A produção e disponibilização de indicadores a este respeito tem vindo a multiplicar-se, acompanhada por um número rapidamente crescente de estudos e pesquisas sobre diversos aspetos das desigualdades sociais contemporâneas. Esses indicadores, estudos e pesquisas têm vindo a ser elaborados por sociólogos, economistas e outros cientistas sociais, a partir de uma variedade de centros de investigação, institutos de estatísticas, associações cívicas e organizações internacionais.

CAPÍTULO 1 – A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Análises recentes sobre o tema têm vindo a colocar em evidência a presença forte e o caráter transversal das desigualdades contemporâneas, os diversos domínios em que elas se manifestam e as conexões que estabelecem com muitos outros aspetos da vida social, assim como a pluralidade complexa das suas causas e a ainda maior diversidade dos seus impactos, muitos deles com grande relevância social. Em simultâneo, tem vindo a tornar-se também cada vez mais evidente a importância que, hoje em dia, as interdependências sociais globais (à escala planetária) assumem na configuração dos fenómenos contemporâneos de desigualdade social, porém, essa importância do global nas desigualdades remete para vários fenómenos distintos, se bem que interligados, e para ângulos de análise diferentes, embora complementares entre si.

1 - Introdução a Redução as Desigualdades

Numa primeira formulação, e correndo o risco de simplificar muito, a noção de desigualdades globais pode aqui ser entendida como recobrindo os três seguintes planos: primeiro o da presença crescente, nas múltiplas desigualdades observáveis em contextos locais e sociedades nacionais, de marcas e efeitos das relações sociais de âmbito global e suas assimetrias; segundo a das desigualdades entre países, ou desigualdades internacionais, tal como elas se estabelecem e evoluem no mundo atual em profunda globalização; terceiro a das desigualdades sociais que se constituem à escala planetária, abrangendo ou atravessando a sociedade humana no seu todo, num contexto de interdependências sociais globalizadas.

Outro ponto importante e muito interessante a ser aprofundado são as conscientizações da sociedade para a redução deste indicador, como a tecnologia e empresas podem ajudar ou até mesmo prejudicar, como a indústria 4.0 entra neste cenário, construções políticas públicas para o combate à pobreza (por exemplo), e inserir classes sociais mais prejudicadas para “

dentro “ da sociedade , com estudos sociólogos para a reestruturação social, ingresso ou “ reclassificação “ com maiores acessos a educação , incentivos , infra – estrutura e oportunidades.

➤ **Conceito**

A desigualdade social é consequência da má distribuição da riqueza, fato constatado na maioria dos países. Isso gera um contraste econômico e social entre a população, pois apenas uma pequena parcela da sociedade detém a maioria dos recursos econômicos, enquanto a maioria se “contenta” com a menor parcela dos bens.

Segundo dados atribuídos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os rendimentos de 1% das pessoas mais ricas do mundo são compatíveis àqueles de 57% da população mais pobre do planeta. Esses dados confirmam a diferença na concentração de renda entre ricos e pobres, refletindo diretamente na alimentação, bens de consumo e serviços elementares ao ser humano no que se refere às classes em questão.

Com o intuito de estabelecer um critério global para caracterizar a população pobre, o Banco Mundial utilizou a seguinte metodologia: fez a média das dez piores linhas nacionais de pobreza do planeta e estabeleceu o dólar PPC, baseado na paridade do poder de compra. Com base nesse cálculo, estabeleceu dois patamares de renda para caracterizar a pobreza:

- Os pobres, que ganham entre 1,25 e 2 dólares PPC ao dia.
- Os extremamente pobres, que recebem menos de 1,25 dólar PPC ao dia.

Conforme dados do Banco Mundial, aproximadamente 22% da população mundial vive com menos de 1,25 dólar PPC por dia e 44% ganham menos de 2 dólares PPC por dia. Portanto, de acordo com a metodologia utilizada pelo Banco Mundial, 66% da população global se inclui na subdivisão anteriormente mencionada. Os países nos quais esses índices se apresentam mais alarmantes são: os da América Latina, sul da Ásia e, principalmente a África Subsaariana. Esse quadro de desigualdades sociais gera um processo de exclusão relacionado à moradia, educação, emprego, saúde, entre outros aspectos. Diante de tal ocorrência, faz-se necessário uma distribuição de renda mais justa com vistas a proporcionar melhores condições de vida para a população global.

1.1 – Qual a Importância da Redução das Desigualdades, Causas e Dados Históricos

Começando por uma frase bem impactante: “As 80 pessoas mais ricas do planeta têm hoje uma riqueza equivalente aos 3,5 bilhões de habitantes mais pobres, diz ONG britânica” já mostra o quanto este indicador abala a nível global.

Com base em números do Credit Suisse e da revista Forbes, a ONG mostrou que a parcela da riqueza mundial nas mãos do 1% mais rico da humanidade cresceu de 44% do total em 2009 para 48% em 2014.

Veja no gráfico abaixo: na coluna da esquerda, está a proporção da riqueza global. A linha verde é a dos 99% mais pobres e a linha roxa é do 1% no topo.

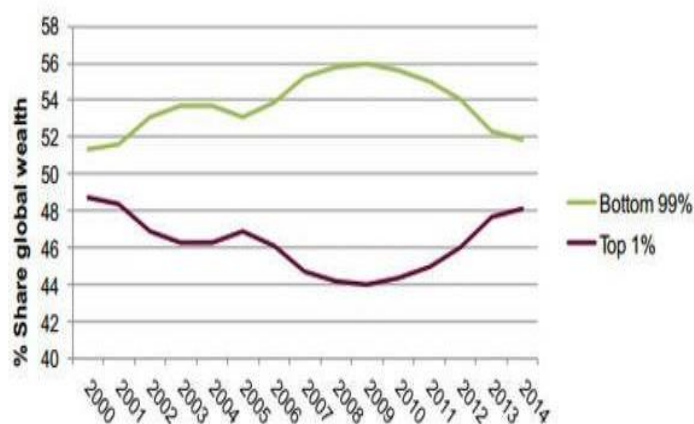


Figura 1: Share of global wealth of the top 1% and bottom 99% respectively
 Fonte: Credit Suisse data available 2000-2014

Um ponto relevante também é que há um pressuposto largamente aceito pelos economistas liberais de que o enriquecimento dos ricos irá, necessariamente, beneficiar os mais pobres teve um papel preponderante em moldar a institucionalidade do capitalismo contemporâneo e o entendimento (equivocado) – que as pessoas têm sobre a economia. De qualquer forma, isso não muda os resultados da *economia do gotejamento*: enquanto os ricos se tornam cada vez mais ricos, não há uma compensação proporcional que beneficie o restante da população. *O resultado é a explosão de desigualdade social.*

1.2 - Exemplo do Crescimento da Desigualdade nos EUA

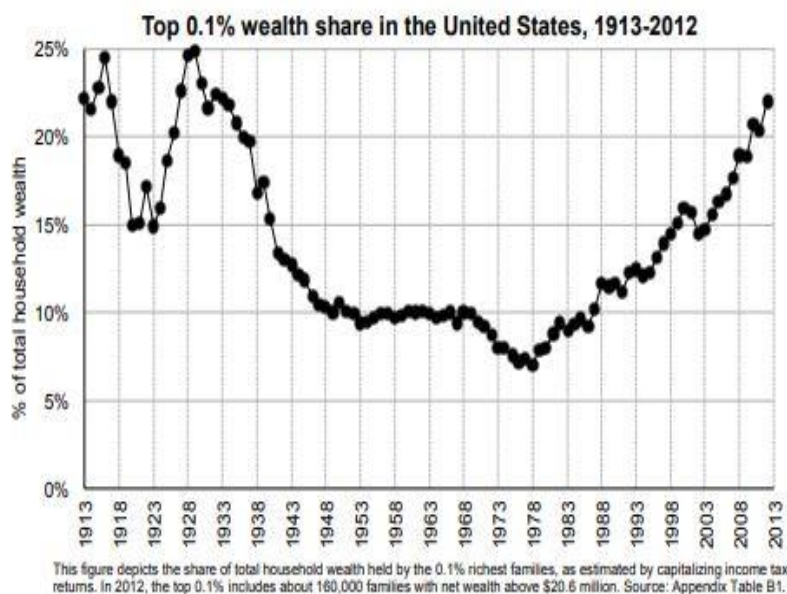


Figura 2. % of Total Household Wealth
 Fonte: Gabriel Zucman e Emmanuel Saez sobre o crescimento da desigualdade nos E.U.A

O gráfico acima, retirado de um estudo realizado por Gabriel Zucman e Emmanuel Saez sobre o crescimento da desigualdade nos E.U.A, é emblemático do fenômeno discutido. Se, após a segunda guerra mundial, o 0,1% mais rico se apropriava de 10% da riqueza total, após a década de 1980 é evidente que há uma tendência de concentração da renda: o segmento social mencionado passou a abocanhar mais de 20% da riqueza nos Estados Unidos. Duas questões são importantes: 1) como explicar o crescimento da desigualdade? 2) Será que a população se beneficiou da concentração da renda?

Muitos economistas tentam derrubar a ideia, de que a prosperidade para os mais pobres depende do enriquecimento dos mais ricos. A “economia do gotejamento” pode assim ser resumida: políticas públicas “pró-ricos” estimulam o crescimento, ao passo que as medidas “pró-pobres” reduzem o crescimento. Em contraponto, entre os anos de 1960 e 1970, durante a “Era de Ouro do Capitalismo”, quando foi registrada uma queda substancial da desigualdade na maioria dos países capitalistas ricos, a economia cresceu mais de 3% ao ano em termos *per capita*, enquanto que entre 1980 e 2009 – período em que houve um crescimento acentuado da desigualdade – o crescimento atingiu apenas 1,4% ao ano.

Desde 1980, *demos aos ricos uma fatia maior da torta por acreditar que eles criariam mais riqueza, tornando a torta maior*. Todavia, o que se verificou foi que se *reduziu o ritmo de crescimento da torta*. Em síntese: não há garantia alguma de que a maior concentração de renda nos estratos superiores resulta em mais investimentos, e tampouco é seguro dizer que os pobres irão se beneficiar do crescimento da desigualdade. Em poucas palavras: *o simples fato de tornarmos os ricos mais ricos não faz com que todo mundo fique mais rico*.

1.2.1 – Concentração de Renda EUA

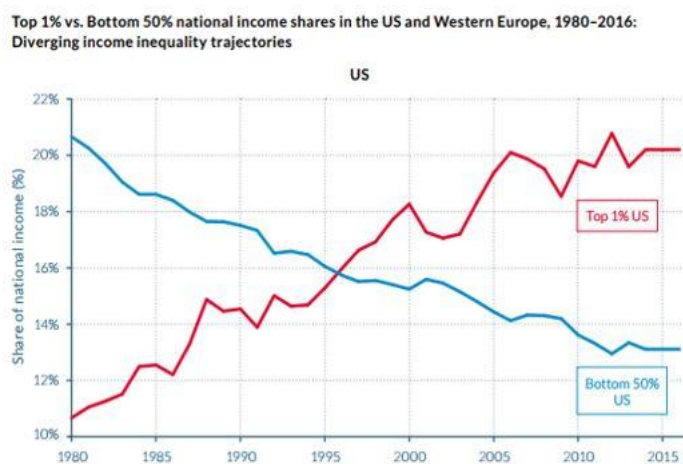


Figura 3. Share of National Income (5)
Fonte: World Inequality report

O gráfico acima, extraído da pesquisa “*World Inequality report*”, escancara o processo de concentração de renda nos E.U.A, que tem ocorrido nas últimas décadas. Enquanto 1% mais rico, após a década de 1980, passou a se apropriar de uma parcela da renda cada vez maior, o contrário aconteceu com os 50% mais pobres, que perderam espaço na disputa pela renda nacional.

Uma das explicações mais tradicionais sobre o crescimento da desigualdade social nas últimas décadas, que remete ao economista Gary Becker, aponta que o crescimento da desigualdade está relacionado às transformações tecnológicas e às maiores exigências por trabalhadores qualificados, detentores de mais *capital humano*. Conforme esse raciocínio, o crescimento da desigualdade seria um reflexo da maior importância do capital humano na sociedade contemporânea: trabalhadores com mais conhecimento, habilidades e aptidões específicas passariam a receber salários cada vez maiores, ao passo que os “desqualificados” estariam fadados à perda salarial. *A redução da desigualdade social, segundo essa linha teórica, envolveria mais investimentos em capital humano*, com o objetivo de aumentar o “estoque” de conhecimento da população. Por uma questão de *oferta x demanda*, diminuir-se-ia o “prêmio” dos trabalhadores mais qualificados.

Portanto, a explicação convencional mencionada acima, chamada de *Skill-Biased Technological Change (SBTC)*, situa as raízes do crescimento da desigualdade em forças competitivas que atuam no mercado de trabalho. Seriam, conforme os adeptos dessa teoria, as inovações tecnológicas e as exigências por trabalhadores mais qualificados os fatores responsáveis por alargar o fosso da desigualdade de renda e rebaixar o salário dos trabalhadores pouco qualificados. Os índices mais elevados de desigualdade de renda, portanto, seriam reflexos da inovação tecnológica e de seus impactos no mercado de trabalho.

Todavia, há motivos suficientes para manter o ceticismo com relação à explicação convencional supracitada. Não há evidências suficientes para provar que a maior demanda por trabalhadores qualificados é a grande responsável pela explosão da desigualdade social verificada nas últimas décadas. Ao dizer que a concentração da renda é um mero resultado das transformações tecnológicas e de seus desdobramentos no mercado de trabalho, certos economistas sobrestimam os efeitos de um modelo simples de oferta e demanda e desconsideram a dimensão política que caracteriza a formação dos salários numa economia.

Ao longo das últimas décadas, houve uma mudança na correlação de forças da sociedade: os trabalhadores tiveram seu poder de barganha diminuído, à medida que aqueles melhores posicionados para extrair recursos dos mercados imperfeitos viram a sua influência e

o seu poder crescerem. A escalada da desigualdade, está intimamente relacionada ao fortalecimento da ideologia do livre mercado, à desregulamentação da economia, às novas práticas de governança corporativa e ao encolhimento do Estado de bem-estar social.

O papel fundamental que a adesão indiscriminada à ideologia neoliberal teve em aprofundar as desigualdades sociais. A perseguição cega às preferências “do mercado” fez com que a balança de poder pendesse a favor dos endinheirados: como resultado, a distribuição de renda passou a acontecer, cada vez mais, em benefício dos ricos. A parte pouco divulgada dessa história, é que o “mercado”, uma abstração vendida como um mecanismo neutro e impessoal, é, na verdade, uma maneira “educada” de se referir aos donos do capital, especialmente do capital financeiro.

O autor de “O preço da desigualdade”, Joseph Stiglitz, afirma que a desigualdade deve refletir a contribuição que cada indivíduo fornece para a sociedade. Contudo, quando a desigualdade deixa de refletir a contribuição individual, mas, sim, a capacidade de apropriação (injusta) de renda ou de benefícios econômicos diversos, tem-se um sinal de que a economia não está funcionando bem. Uma sociedade que possui níveis alarmantes de desigualdade será menos produtiva, menos eficiente e terá menos oportunidades de ascensão social. Em longo prazo, a democracia sofrerá com descrédito e distorções de representação.

Há muitos obstáculos para se alcançar uma sociedade mais justa, e que a desigualdade é, essencialmente, um problema político. As forças do mercado são, primeiramente, moldadas pela política, pelas leis e pela forma como as democracias modernas estabelecem um quadro legal para os agentes desenvolverem suas atividades econômicas. À vista disso a solução para a concentração da renda envolve a construção de uma regulação econômica que estabeleça um pacto social compromissado com a redução das desigualdades.

A tributação progressiva, que cumpriu um papel fundamental na redução das desigualdades durante o século XX, hoje se encontra ameaçada pela guerra fiscal que existe entre os países. Uma solução eficaz para conter o crescimento da desigualdade repousa em: a) na criação de um imposto sobre o patrimônio em âmbito global; b) restabelecer um sistema tributário progressivo sobre a renda e sobre as grandes heranças. Cumpre mencionar um importante, que certos economistas preferem ignorar: a progressividade tributária tem uma estreita relação com a dinâmica da desigualdade.

O caso brasileiro é especialmente didático para compreender os efeitos que a regressividade tributária produz sobre a desigualdade social. A partir de dados disponibilizados pela Receita Federal, mostra que o nível de concentração de renda no Brasil é

significativamente maior do que se imaginava: os autores calculam que o meio milésimo (0,0005) mais rico se apropria de 8,5% de toda a renda nacional. O ponto interessante, é que esse resultado está relacionado ao sistema tributário brasileiro, que corrobora para que o Brasil tenha uma das maiores concentrações de renda do mundo. Os economistas e sociólogos concluem que *os dados revelam que o Brasil é um país de extrema desigualdade e também um paraíso tributário para os super ricos, combinando baixo nível de tributação sobre aplicações financeiras, uma das mais elevadas taxas de juro do mundo e uma prática pouco comum de isentar a distribuição de dividendos de imposto de renda na pessoa física.*

Em primeiro lugar, cumpre lembrar que níveis alarmantes de concentração de renda são disfuncionais para o funcionamento da economia. Em segundo lugar, há de se ponderar os custos políticos que a extrema desigualdade social traz para a democracia. Na medida em que a concentração de renda aumenta o poder econômico dos estratos sociais do topo, e esse poder se manifesta por meio de políticas públicas voltadas à criação de uma institucionalidade que favorece o enriquecimento dos (já) abastados, há uma evidente corrosão dos princípios democráticos. O resultado é um quadro legal típico de um Estado plutocrático, onde o poder do Estado é empregado para apoiar a concentração de renda, num processo que impulsiona o crescimento da desigualdade. Um círculo vicioso nada trivial de ser interrompido.

No panorama hodierno, em que o poder econômico do 1% mais rico influi desproporcionalmente nos processos políticos, haverá uma desigualdade na representação dos interesses da população, o que configura uma distorção na democracia. As “regras do jogo”, que serão definidas conforme as orientações dos poderosos, irão beneficiar e favorecer o “andar de cima.”

David Cameron, que atuou como Primeiro Ministro do Reino Unido, deu um exemplo didático de como o interesse dos ricos é capaz de influenciar a formulação das políticas públicas. Em 2013, Cameron bloqueou os planos para a criação de um imposto sobre mansões (casas cujo valor ultrapassasse de 2 milhões de libras) pelo seguinte motivo: em suas palavras, *“nossos doadores nunca concordariam com isso”*.

A incógnita reside em saber de onde virá a pressão política para a criação um novo pacto social compromissado com a redução da desigualdade. Uma das possibilidades, diz Stiglitz, repousa na luta social: confiar nos 99%; outra opção estaria no reconhecimento, pelos 1% mais ricos, de que um sistema econômico que opera para o benefício de uma ínfima minoria é, na realidade, prejudicial a todos, inclusive para os ricos. Todavia, desde que Stiglitz escreveu seu livro, “O Preço da Desigualdade”, em 2011, a desigualdade segue crescendo. Não há evidência

alguma de que a camada mais rica da população está realmente incomodada com os níveis de concentração de renda.

Logo, é justo dizer que o crescimento da desigualdade não é um mero reflexo das forças de mercado, ou de processos econômicos neutros, inevitáveis e fora de controle da política. Em larga medida, o crescimento da desigualdade é uma consequência direta de políticas públicas que definem os mecanismos de concorrência, que moldam os sistemas tributários, que direcionam a despesa pública e, de maneira geral, estabelecem a institucionalidade que irá regular a economia.

O empresário Nick Hanauer, numa palestra “TED TALKS”, apela ao bom senso de seus colegas plutocratas e pondera que, evidentemente, não há problema algum em haver algum grau de desigualdade na sociedade. O problema surge, entretanto, quando a desigualdade social atinge níveis extraordinários. Seu raciocínio segue: na medida em que esse padrão de concentração de renda continuar, nossas democracias capitalistas se transformam em “*sociedades rentistas neofeudais*”. As sociedades com níveis inaceitáveis de desigualdade são caracterizadas ou por um Estado policialesco, ou por uma população pronta para a rebelião e se algo não for feito para interromper o ritmo de concentração de renda, “cabeças vão rolar”.

A história demonstra que é possível conter a escalada da desigualdade social. Não se trata de um problema de falta de ferramentas para realizar essa empreitada, mas de vontade política para isso. Parte do problema está no funcionamento de algumas democracias modernas, que blindaram a economia da interferência democrática, impedindo que a vontade da maioria prevaleça sobre o poder econômico. Lamentavelmente, a outra parte do problema reside na defesa ferrenha que a elite faz de seus privilégios, utilizando de seu poder para influir na elaboração de políticas públicas em detrimento do resto da população.

No passado, a vontade política para conter a desigualdade social se fortaleceu após duas guerras mundiais, a crise de 1929, o nazismo e o fascismo. Esperamos que no século XXI a história se desenrole de maneira diferente. *O pessimismo hoje, seja-me permitida mais esta expressão impolítica, é um dever civil. Um dever civil porque só um pessimismo radical da razão pode despertar com uma sacudidela aqueles que, de um lado ou de outro, mostram que ainda não se deram conta de que o sono da razão gera monstros.*

1.2.2 – Medidas Iniciais e Futuras a Serem Tomadas?

Os países que enfrentaram com sucesso a desigualdade tendem a criar uma narrativa sobre o bem público e compartilharam uma identidade positiva de uma nação que permite, em alguns casos, colocar o bem público e o social acima da lealdade pessoal, familiar ou étnica.

Isso exige que um Estado esteja disposto a criar uma desregulamentação financeira inclusiva, sistemas tributários progressivos, regras que impedem a sonegação, criando políticas fiscais expansionistas e assegurando que as receitas de recursos naturais sejam em benefício de todos e não para ganhos privados. Do mesmo modo, vivemos em um mundo onde a desigualdade é causada pela dinâmica da globalização impulsionada pelo mercado, que é amplamente desregulado e não transparente.

De fato, a presença de empresas e elites políticas na última semana em Davos mostra que uma elite global está tomando decisões em nosso nome sem qualquer sentido de responsabilidade ou de representação.

Em vez de Davos, o encontro de líderes globais deveria ocorrer sob os auspícios das Nações Unidas, e no qual a desigualdade histórica e atual deve ser considerada em temas importantes como mudança climática, discriminação baseada na identidade e pobreza extrema.

1.3 - Metas de Desenvolvimento Sustentável

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o de número dez já reconhece a questão da desigualdade econômica a partir dessa visão e, portanto, devemos concentrar nossos esforços na resolução da desigualdade por meio de políticas intergovernamentais melhores e também uma melhor regulamentação e transparência das mesmas multinacionais que procuram criar orientações e códigos voluntários no Fórum Econômico Mundial.

Então, este fórum apoiaria a transparência tributária total, país por país, nos relatórios corporativos e revelaria todos os beneficiários efetivos das corporações, além de confiar no início de uma conversa sobre equidade e justiça na era da globalização? O fórum apoiaria leis de salário mínimo e políticas de tributação progressiva?

Se o Fórum Econômico Mundial constrói apoio para iniciativas intergovernamentais, pode ser um espaço global significativo, mas se acabar por minar os meios institucionais de enfrentar a desigualdade global, pode acabar exacerbando o fosso global entre ricos e pobres. E os líderes de nações têm que fazer seu papel, além de assinar tratados, protocolos e acordos internacionais. Governar é, também, mais do que fazer tudo para se perpetuar no poder, conscientizando seu povo também para diminuir o índice , o que irá íser tratado nos próximos capítulos , estratégias econômicas e políticas etc.

CAPÍTULO 2 - IMPACTOS NA SOCIEDADE

Corte de gastos no Brasil está agravando desigualdades, dizem especialistas da ONU



Figura 4. Image caption

Fonte: Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH).

2 - Como a Sociedade é Impactada de Acordo com as Medidas?

Especialistas da ONU dizem que pobres estão sofrendo mais com cortes em gastos do governo

Um grupo de especialistas sobre direitos humanos da ONU cobrou nesta sexta-feira que o Brasil reveja seu programa econômico, afirmando que cortes em programas sociais e restrições orçamentárias estão agravando desigualdades e penalizando os mais pobres.

"Pessoas em situação de pobreza e outros grupos marginalizados estão sofrendo desproporcionalmente por causa de medidas econômicas austeras num país que já foi considerado um exemplo de políticas progressistas para reduzir a pobreza e promover a inclusão social".

ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIOS DAS NAÇÕES UNIDAS -
DIREITOS HUMANOS – EACDH

- O estigma enfrentado nas periferias pelas pessoas com depressão: 'Pobre não pode se dar ao luxo de não sair da cama'
- Brasil é o segundo pior em mobilidade social em ranking de 30 países

O texto é assinado por sete especialistas voluntários que compõem uma equipe responsável por Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O Ministério das Relações Exteriores afirmou em nota que as críticas do grupo são infundadas e que o ajuste fiscal tem sido fundamental para manter e aprimorar políticas sociais.

➤ **Cortes em Programas Sociais**

O comunicado dos especialistas da ONU diz que o Brasil já foi um "campeão na luta contra a fome e desnutrição", mas está "dramaticamente revertendo suas políticas para segurança alimentar". Cita ainda cortes no programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida" e a redução de um terço nos investimentos previstos para 2018 nas áreas de saneamento básico e acesso à água.

➤ **Propaganda**

O grupo critica a aprovação da Emenda Constitucional 95, uma das principais iniciativas econômicas da gestão Michel Temer, que limita o crescimento de gastos do governo por 20 anos.

O comunicado menciona dados recentemente divulgados que mostraram a primeira alta na mortalidade infantil no Brasil em 26 anos.

"Esse aumento, atribuído a vários fatores, incluindo a epidemia de zika e a crise econômica, é motivo de séria preocupação, especialmente com as restrições orçamentárias no sistema público de saúde e outras políticas sociais, que comprometem gravemente o compromisso do Estado com a garantia de direitos humanos a todos, especialmente crianças e mulheres."

O grupo diz que algumas decisões econômicas do governo nos últimos anos estão prejudicando "o usufruto de direitos à moradia, comida, água, saneamento, educação, previdência e saúde, e estão agravando desigualdades preexistentes".



Figura 5. Image Caption

Fonte: Agência Caixa: Programa Minha Casa, Minha Vida

Os especialistas afirmam que medidas anunciadas pelo governo para aliviar as consequências dos cortes têm sido insuficientes.

➤ **Mulheres e Crianças Mais Vulneráveis**

"Mulheres e crianças em situação de pobreza estão entre os mais impactados, assim como afro-brasileiros, populações rurais e pessoas morando em ocupações informais", diz o grupo.

Segundo os analistas da ONU, é um erro acreditar que medidas de austeridade devam ser a única ou primeira solução para problemas econômicos.

"Medidas de austeridade devem ser adotadas somente após uma cuidadosa análise de seu impacto, especialmente porque afetam os indivíduos e grupos mais desfavorecidos."

"O grupo defendeu a adoção de "políticas alternativas menos nocivas, como ampliar os impostos sobre os mais ricos antes de pôr um peso ainda maior nos ombros dos mais pobres".

Segundo os especialistas, o governo deve buscar não só a sustentabilidade financeira, mas também a sustentabilidade social.

"Atingir metas macroeconômicas e de crescimento não pode ocorrer às custas de direitos humanos: a economia é serva da sociedade, e não sua senhora", diz o comunicado.

Assinam o texto Juan Pablo Bohoslavsky (Argentina), Léo Heller (Brasil), Ivana Radačić (Croácia), Hilal Elver (Turquia), Leilani Farha (Canadá), Dainius Pūras (Lituânia) e Koumbou Boly Barry (Burkina Faso).

➤ **Defesa do Ajuste Fiscal**

O governo brasileiro rejeitou os argumentos do grupo e afirmou que os especialistas não deram "a devida consideração a informações prestadas pelo Brasil".

Em nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, o governo diz que "o ajuste das contas públicas tem-se mostrado fundamental para a manutenção e aprimoramento das políticas sociais, entre as quais o programa 'Bolsa Família', o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais e a Política de Microcrédito Produtivo Orientado".

A nota cita ainda a criação dos programas "**Criança Feliz**" e Plano "**Progredir**", e diz que repasses federais na área de assistência social para Estados e municípios em 2017 tiveram alta de 8% em relação a 2016.

"O necessário reequilíbrio da economia brasileira beneficia, diretamente, as populações de baixa renda e ajuda a reduzir as desigualdades, por meio de maior estabilidade, combate à inflação e saneamento da dívida pública", diz a resposta do governo.

2.1 – O Papel da Sociedade na Conscientização

A pesquisa *Nós e a desigualdade*, divulgada nesta quarta-feira (6) pela ONG OXFAM Brasil, investigou a percepção dos brasileiros sobre a desigualdade e aponta que a má distribuição da renda, do patrimônio e dos serviços essenciais no país não passa despercebida pela população que, em sua maioria, defende ser papel do Estado corrigir essas distorções, financiado por mais impostos pagos pelos mais ricos.

A maioria dos brasileiros se manifestou contra a ideia de um Estado mínimo: 79% acreditam que o combate a desigualdades entre indivíduos é obrigação de governos. Na avaliação da Oxfam, a sociedade brasileira “mantém a expectativa de que governos reduzam a distância entre ricos e pobres, jogando no colo dos muito ricos, maior responsabilidade pelo financiamento de políticas sociais”.

Ao mesmo tempo que a pesquisa revela que a maior parte dos brasileiros (75%) é contra o aumento geral de impostos para financiar políticas sociais, mostra que a resposta das pessoas muda quando consultadas sobre uma cobrança maior de impostos especificamente para pessoas muito ricas. “O expressivo número de 71% dos entrevistados apoia o aumento de impostos para pessoas muito ricas, desmistificando a ideia de que o brasileiro é anti-impostos por princípio”, diz o levantamento, encomendado pela ONG ao Instituto Datafolha.

A pesquisa entrevistou 2.025 pessoas de 129 municípios de pequeno, médio e grandes portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior das cinco regiões, em agosto de 2017, com divisão etária, de gênero, cor e renda. A margem de erro para a amostragem geral é de 2% para mais ou para menos.

Em relação à redistribuição da carga tributária, que atualmente pesa mais sobre os mais pobres, a percepção também é que os ricos precisam pagar mais. “Como se sabe, o peso dos tributos indiretos é bastante alto no sistema tributário nacional, o que acaba por onerar mais quem ganha menos”, diz a pesquisa. Diante da pergunta “O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos”, 72% dos brasileiros se disseram favoráveis à redução da carga indireta e aumento da carga direta sobre pessoas muito ricas.

A injustiça tributária do país foi tratada no relatório *A Distância que nos Une*, publicado em setembro de 2017, também pela OXFAM, segundo o qual, os 10% mais pobres da população brasileira gastam 32% da renda em tributos, contra 21% de gastos de renda dos 10% mais ricos. Se forem considerados apenas os tributos indiretos, a parcela mais pobre compromete 28% da renda com tributos, contra 10% da camada mais rica.

➤ **Diferenças Regionais**

Entre os entrevistados, 82% concordaram totalmente ou em parte com as afirmações “O governo deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país” e “O governo deve transferir dinheiro público para que os estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos estados que têm serviços públicos bons”.

Sobre as possíveis soluções para enfrentar a desigualdade no país, 71% dos brasileiros apontam a oferta de emprego como um dos principais mecanismos de combate à desigualdade; 67% acham que a saída é mais investimento em educação e 61% defendem reformas do sistema político.

➤ **Desigualdade e meritocracia**

Diante da pergunta “O que é desigualdade?”, a maioria dos entrevistados destacou as desigualdades socioeconômicas. Parte focou nas diferenças de classe social e má distribuição da renda (39%), outros na carência de recursos e serviços (8%) e outros nas diferenças na ação do governo e da classe política (7%).

Outro ponto importante apontado pela pesquisa é a opinião dos brasileiros em relação ao papel do esforço pessoal para obtenção de sucesso. Diante da afirmação “No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”, 60% responderam que não concordam. “Tal constatação nos permite inferir que, para os brasileiros, as desigualdades não são simplesmente produto das diferentes capacidades e níveis de esforço individual”, avalia a Oxfam.

Ao mudar a afirmação, com o objetivo de verificar o papel atribuído pela população à educação como fator chave na determinação de desigualdades, o resultado foi parecido. Frente à frase “No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, 55% dos entrevistados discordaram, apesar de o acesso à educação

de qualidade ter entrado nas respostas sobre as causas e soluções para a desigualdade no país.

2.2 – Impactos na Educação e Meio Ambiente

Neste sentido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e mais especificamente o Plano Brasil sem Miséria, exemplifica o que há de mais efetivo na execução de políticas públicas ao reconhecer a necessidade de compartilhar suas ações com outros atores.

➤ Educação

O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, coloca-se à disposição enquanto parceiro no enfrentamento das questões sociais mais graves do país, convicto de que é a educação que permite tornar a inclusão social uma realidade perene. A extrema desigualdade, que, historicamente, marcou o desenvolvimento econômico e social do Brasil, exige um enfrentamento direto por meio de políticas públicas de transferência de renda. Sem prejuízo do impacto extremamente positivo das demais políticas sociais, estamos convencidos de que é a educação que assegura a superação definitiva da situação de pobreza, pois ela abre um caminho de oportunidades para todos. Este artigo irá abordar os programas do Brasil sem Miséria realizados em parceria com o MEC, bem como o detalhamento das ações que estão sendo desenvolvidas para consagrar o sucesso das estratégias do plano. Veremos que, a partir da interação entre o MEC e o MDS, é possível desenvolver tecnologias em políticas públicas (como, por exemplo, a Busca Ativa² e a compatibilização entre demanda por formação profissional e sua oferta) que seguramente serão utilizadas nos demais programas do MEC. O Plano Brasil sem Miséria tem três eixos: (i) garantia de renda; (ii) inclusão produtiva; e (iii) acesso a serviços. Analisaremos apenas as ações do MEC em sua articulação com o Plano. No eixo da garantia de renda, a principal iniciativa é o Programa Bolsa Família, cabendo ao MEC o acompanhamento da condicionalidade em educação. Ainda neste item, o acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) conta com o apoio do MEC na realização do controle anual dos beneficiários. No eixo da inclusão produtiva, cabe ao MEC a oferta de cursos de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**PRONATEC**). Por fim, no eixo de acesso a serviços, temos a Ação Brasil Carinhoso. Abordaremos, inicialmente, o Brasil Carinhoso. Em seguida, discutiremos o controle da condicionalidade do Programa Bolsa

Família e o BPC, para daí apresentarmos o Pronatec, no que se refere à interação entre o MEC e o MDS. Ao final, mencionaremos as tecnologias de políticas públicas que essa intersectorialidade permitiu desenvolver e como elas poderão vir a ser empregadas em futuras ações do Ministério da Educação. O caminho para a superação da pobreza e da extrema pobreza passa, certamente, pela educação e a educação passa, certamente, pelo desenvolvimento social, o que torna a ação conjunta entre MEC e MDS uma excelente estratégia para o enfrentamento da desigualdade.

➤ **Ação Brasil Carinhoso**

Desde a primeira infância, as crianças precisam de cuidado e educação para se desenvolverem plenamente. No Brasil, é dever do Estado garantir este direito. O objetivo da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, com estímulos às suas necessidades de interação e experimentação para a formação de sua identidade. A educação infantil também oferece um importante apoio às famílias. A creche e a pré-escola são espaços de educação para todos, de ampliação das experiências com as quais a criança e os pais estão habituados. A educação infantil de qualidade é o remédio mais eficaz para o combate à desigualdade: viabilizar alfabetização na idade certa e maior cobertura nas creches e pré-escolas é o primeiro passo para quebrar o círculo de reprodução da desigualdade social. A garantia de acesso à educação infantil para as crianças em situação de pobreza e extrema pobreza é uma ação estratégica de combate à desigualdade em sua origem.

A Ação Brasil Carinhoso pactuou como prioridade, no âmbito de três ministérios (MDS, MEC e Ministério da Saúde), tirar da invisibilidade as crianças de zero a cinco anos de idade, atendendo às suas necessidades de cuidado, proteção e desenvolvimento. O Brasil Carinhoso tem como princípio norteador a valorização da primeira infância e baseia suas ações no compartilhamento intersectorial de orçamento, gestão, implementação e monitoramento de diversas ações. No âmbito do Ministério da Educação, o foco nas crianças de zero a cinco anos de idade significa a ampliação do investimento na política de educação infantil. As crianças mais novas (de até 48 meses de idade) e mais pobres recebem prioridade no atendimento em creches.

Esse trabalho é realizado em parceria com o MDS, que indica ao MEC as crianças oriundas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os recursos são oriundos do Plano Brasil sem Miséria e a operacionalização fica a cargo do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC, de forma a suplementar o orçamento dos sistemas de ensino para viabilizar o atendimento dessas crianças. Assim, municípios que tenham crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches públicas ou conveniadas com o poder público recebem repasses financeiros 50% superiores aos que já eram realizados pelo Fundeb³. Esse apoio é oferecido como estratégia para estimular a priorização do atendimento às crianças vindas dos lares mais necessitados. Além disso, municípios antes sem recursos próprios e, portanto, sem incentivo para expandir a educação infantil, passaram a contar com a antecipação do custeio de novas matrículas em turmas de educação infantil. Os recursos adicionais ampliam e melhoram a qualidade dos serviços prestados.

Cabe, ainda, considerar o benefício para os pais e mães, que podem optar por sua inserção no mercado de trabalho tendo a garantia de um ambiente adequado para acolher e educar seus filhos. Esse apoio é especialmente válido para as famílias mais carentes, trazendo mais igualdade e promoção do desenvolvimento às crianças mais pobres. Sem prejuízo das ações realizadas no âmbito da Ação Brasil Carinhoso, o governo federal tem concentrado esforços na expansão da rede de atendimento de educação infantil, com a construção de novas creches e pré-escolas com projetos arquitetônicos adequados e metodologias construtivas convencionais e inovadoras. Entre 2007 e 2014, foram contratadas as construções de 8.390 unidades de educação infantil em todo o Brasil, totalizando um investimento federal de cerca de R\$ 8 bilhões. Até o momento, já foram entregues 2.052 creches e pré-escolas e mais de quatro mil estão com obras contratadas. As redes públicas de educação infantil passaram a atender, em 2014, 7,6 milhões de crianças com até cinco anos de idade. A alimentação escolar também teve o investimento reforçado, com aumento de 66% do valor repassado para as crianças matriculadas, desde o lançamento do Brasil Carinhoso em 2012.

Tantos alunos novos exigiram um amplo movimento de qualificação pedagógica, de melhoria da formação de professores e gestores, para viabilizar o atendimento na rede pública. Mais do que novos alunos, a inclusão de crianças mais novas e mais pobres coloca em perspectiva a quebra de preconceito e o reconhecimento das especificidades destas crianças. Essas ações e esses resultados evidenciam o comprometimento do MEC com a primeira infância e fortalecem o comprometimento intersetorial, que ganhou novos contornos a partir do trabalho conjunto com o MDS e MS. O repasse de recursos e a construção de novas unidades de educação infantil são

complementados pela Busca Ativa do público a ser beneficiado, tornando os esforços do governo mais efetivos. Nesse sentido, a Busca Ativa é medida indispensável para potencializar os investimentos do MEC na expansão da rede de atendimento da educação infantil.

Essa iniciativa será de extrema relevância para contribuir com o cumprimento da primeira meta do novo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014:

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”

PNE - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014

2.3 - A Condicionalidade de Educação do Programa Bolsa Família

Crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza são os primeiros a abandonar a escola. Sem algum tipo de auxílio, as desigualdades sociais podem voltar a crescer. Com o intuito de combater esse cenário, foram estabelecidas as condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família. A gestão do acompanhamento dessa condicionalidade é atribuição do MEC, tendo em vista que as famílias beneficiárias do Programa assumem o compromisso de manter seus filhos matriculados e com frequência escolar mínima (85% para estudantes de seis a 15 anos de idade e 75% para jovens de 16 e 17 anos).

A frequência escolar é acompanhada bimestralmente e, a partir daí, realiza-se um diagnóstico das razões da baixa frequência dos estudantes à escola, com o objetivo de enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Para esse acompanhamento, o MEC criou, em 2006, o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença). O Sistema Presença recebe a base de beneficiários do Bolsa Família com idade entre 6 e 17 anos, encaminhada pelo MDS, e disponibiliza o acesso aos municípios, para que eles possam registrar as informações de frequência dos estudantes.

Nos casos de não cumprimento da frequência mínima exigida, as escolas informam os possíveis motivos do baixo comparecimento, que podem sinalizar maior grau de vulnerabilidade social em que se encontram o estudante e sua família, exigindo, assim, ações intersetoriais que se reforçam reciprocamente: a frequência à escola é o mecanismo pelo qual a vulnerabilidade social é detectada e combatida, ao passo que a assistência social ajuda o estudante em maior situação de vulnerabilidade a não desistir dos estudos. Após o repasse das

informações pelos municípios, os dados são consolidados e encaminhados ao MDS para que os resultados sejam avaliados, de forma a identificar aqueles que, porventura, descumpram a condicionalidade. Em 2008, do total de beneficiários do programa com idade entre 6 e 17 anos, 84,1% dos estudantes foram acompanhados⁴ pelo Sistema Presença. Em 2013, esse percentual atingiu 92,2%, como pode ser observado no gráfico abaixo. Entre os 17 milhões de beneficiários do Bolsa Família acompanhados devido às condicionalidades em educação, mais de 96% cumpriram com a frequência exigida, nos seis anos analisados.

Mesmo com a parceria dos entes federados no acompanhamento das condicionalidades, alguns alunos ficam com status de “não localizados” no Sistema Presença. Com o intuito de localizar e diminuir esse público, é feita uma comparação anual entre os dados do Sistema e os do Censo Escolar da Educação Básica. Esse trabalho é feito em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Com isso, aumenta-se a sinergia entre os atores envolvidos no combate à pobreza e na redução das desigualdades.

➤ **BPC na Escola**

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC na Escola) é mais um exemplo da atuação conjunta entre o MEC e o MDS. O acompanhamento da frequência à escola dos beneficiários do BPC é iniciativa de fundamental importância para conciliar acesso à educação e combate à pobreza. Muitas vezes, e pelas mais diversas razões, crianças com algum tipo de deficiência acabam por não frequentar a escola – regular ou especializada.

O governo federal instituiu, então, o Programa BPC na Escola⁵, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC com idade entre zero e 18 anos de idade. O MEC está envolvido na realização anual da comparação dos dados dos beneficiários do BPC na Escola com as matrículas do Censo Escolar da Educação Básica a fim de identificar quantos estão matriculados e com frequência regular à escola. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, houve um crescimento de 3% na matrícula da educação especial de 2012 para 2013, sendo que a maior parte desse percentual de alunos está inserida em classes comuns. Em 2007, no surgimento do BPC na Escola, do total de 375.470 beneficiários do Programa, 78.848 foram matriculados, o que representava 27%. Com o avanço do BPC na Escola, em 2012 o número de matriculados saltou para 329.801, ou seja, 70% do total de beneficiários. A mudança, portanto, foi significativa: houve

uma inversão radical da situação, revelando a grande inclusão de pessoas com deficiência na escola, conforme gráfico abaixo.

Além do batimento dos dados, o MEC criou um hot site⁶ do Programa BPC na Escola em que constam informações sobre o programa, adesão, questionários aplicados para identificação de barreiras de acesso à educação regular com o intuito de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas para a superação dessas barreiras e, ainda, a possibilidade de gerar relatórios, por estado e município, com informações coletadas pelo questionário

➤ **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**

É inegável o avanço das políticas no campo da educação profissional e tecnológica desde 2037. Essa evolução foi impulsionada pelos méritos sociais e produtivos dessa modalidade de educação, reconhecida por sua capacidade de incluir o estudante rapidamente no setor produtivo, gerando renda, dignidade e igualdade.

Foi por essa razão que o governo federal recuperou os investimentos na rede federal de educação profissional e tecnológica, bem como aprimorou sua relação com as instituições formadoras do Sistema S. Iniciado em 2011, o Pronatec é uma iniciativa do governo federal para expandir o acesso a cursos de qualificação profissional e a cursos técnicos, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade do país, com inclusão social.

São objetivos do Programa:

- **i.** fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- **ii.** ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país;
- **iii.** integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e
- **iv.** democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

O impacto do Pronatec permite afirmar que essa foi a maior ação voltada para a educação profissional na história do país. A determinação política de oferecer mais de oito milhões de vagas gratuitas em cursos técnicos e de aperfeiçoamento profissional resultou na qualificação de milhões de jovens e trabalhadores em todas as regiões do Brasil. Um dos grandes diferenciais do Pronatec é o modelo de pactuação do Programa,

que prevê ação em rede. A intersectorialidade atinge, na educação profissional, seu ponto alto.

➤ **MDS**

No plano federal, a rede é composta pelo MEC, que centraliza e viabiliza a correspondência entre oferta e demanda por cursos de qualificação profissional, compatibilizando a oferta de formação profissional e a respectiva demanda; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), demandante de cursos; pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que atua no planejamento da oferta, em atendimento ao desenvolvimento regional; e pelo MDS, principal solicitante de cursos para seu público alvo. Outros ministérios e secretarias também colaboram, trazendo as demandas de seus públicos. Há ainda uma divisão de competências entre os entes federados, com a participação direta das esferas estadual e municipal. Os cursos são realizados nas melhores instituições de ensino profissional do Brasil, cuja qualidade é reconhecida pelo mercado, como os Institutos Federais e as entidades do Sistema S: Senai, Senac, Senat e Senar.

A oferta de educação profissional de alto padrão tem atraído alunos e proporcionado mão de obra qualificada aos empregadores. Ao reconhecer a qualificação do trabalhador como via de inclusão, a ação conjunta do MEC e do MDS visa impulsionar a inserção produtiva dos jovens e adultos de baixa renda, proporcionando condições para que esta parcela mais vulnerável da população conquiste uma posição digna no mundo do trabalho.

O MDS é, essencialmente, o parceiro capaz de gerar escala ao programa, sem perder o foco no atendimento de seu público alvo. Especificamente no que concerne à relação entre o MEC e o MDS, a iniciativa de atender ao público do Cadastro Único para Programas Sociais foi apontada como um dos desafios mais difíceis do Pronatec. Não obstante, graças à experiência do MDS em alcançar essas pessoas foi possível prover, também para esse público, educação profissional gratuita e de qualidade.

O MDS parte de uma rede estruturada e articulada no âmbito municipal¹⁰, que conta com dez anos de experiência de Bolsa Família, tornando factível uma ação desse porte. Seu mecanismo de Busca Ativa alimenta o Cadastro Único, base do mapeamento da demanda – e essa rica fonte de informações deu ao Pronatec uma enorme capilaridade, a ponto de, hoje, os cursos de qualificação profissional serem oferecidos em mais de 3.500 municípios. Além disso, o MDS conta com uma excelente capacidade

de análise de dados, fator que potencializou o processo de implantação. A boa aceitação do Pronatec se reflete no momento econômico de alta empregabilidade em que a qualificação facilita o aproveitamento das oportunidades.

A satisfação de quem há tempos não pisava em uma sala de aula e teve sua vida transformada depois do curso é a grande prova de sucesso do Pronatec. Com isso, os beneficiários do Programa Bolsa Família passam a contar com a possibilidade de conquistar uma formação profissional que viabiliza a inserção no mercado profissional, estimulando a profissionalização e a formalização do trabalho. Trata-se de exemplo inédito que combina foco no público alvo com oferta de educação profissional gratuita e de qualidade em escala nacional. O impacto na produtividade e na redução das desigualdades é inegável.

➤ **Meio Ambiente**

A persistência da desigualdade entre países ricos e pobres e da degradação ambiental representam um sério risco para o desenvolvimento das nações mais pobres.

O progresso global dos últimos 40 anos - cujo ritmo, se repetido nas próximas quatro décadas, produziria resultados “extraordinários” – está ameaçado, se não forem tomadas medidas arrojadas contra as variações climáticas, danos ambientais e desigualdades.

O alerta é do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2011, “Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todo”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O documento foi divulgado nesta quarta-feira (02) em Copenhague, na Dinamarca, país cujo governo se comprometeu a reduzir emissões de carbono em 40% nos próximos dez anos.

Segundo o estudo, de 1970 a 2010, os países que estavam entre os 25% piores colocados no ranking de desenvolvimento humano (187 nações, no total) melhoraram sua situação geral em 82%, o dobro da média mundial. Mantida esta velocidade, a maioria das nações pobres atingiria, em 2050, Índice de Desenvolvimento Humano igual ou melhor do que o de países que, hoje, ocupam as primeiras posições.

“As previsões sugerem que o continuado insucesso na redução dos riscos ambientais graves e das crescentes desigualdades sociais ameaça abrandar décadas de progresso sustentado da maioria pobre da população mundial – e até inverter a convergência global do desenvolvimento humano”, afirma a administradora mundial do Pnud, Helen Clark, no prefácio do estudo.

O alerta ocorre às vésperas da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que o Brasil sediará no seguinte ano que coincide com as posições iniciais do país, que defenderá que o futuro do planeta depende da superação da pobreza e redução das desigualdades.

Ainda de acordo com o relatório, as projeções apontam que, em muitos casos, os mais desfavorecidos suportam e continuarão a suportar os impactos da deteriorização ambiental, mesmo que não tenham contribuído – ou contribuído pouco – para o problema.

Apesar de três quartos do crescimento das emissões desde 1970 provirem de países com um IDH 'baixo', 'médio' e 'elevado' – categorização feita pelo Pnud - os níveis globais de efeito estufa mantêm-se muito mais significativos nos países com IDH 'muito elevado'.

O estudo revela, entretanto, que o crescimento econômico explica, em grande parte, as emissões, mas não são deterministas. Haveria evidências de que as emissões de carbono estiveram associadas ao crescimento da renda, nas últimas décadas. Porém, elas não apresentam correlação com outras variáveis do IDH, como expectativa de vida e educação.

Resumindo, os padrões não são inevitáveis. “O crescimento impulsionado pelo consumo de combustíveis fósseis não é um pré-requisito para uma vida melhor em termos de desenvolvimento humano mais amplo”, afirma Helena Clark.

➤ **Pessimismo**

O relatório denuncia que 40% da terra do planeta encontra-se degradada devido à erosão dos solos, diminuição da fertilidade e sobre pastoreio. A produtividade da terra recua, com perda de rendimento que pode chegar à metade, nos cenários mais negativos.

Outro problema se deve a relação das populações com a agricultura, que consome de 75% a 80% da utilização de água do planeta. Um percentual de 20% da produção de cereais utiliza água de forma insustentável.

O declínio dos estoques de peixes prejudicará a dieta das comunidades ribeirinhas e de zonas insulares e costeiras. Também afetará fontes de renda e emprego na indústria do turismo regional. Os maiores riscos, inclusive, colocam-se aos 1,3 milhão de pessoas que trabalham na agricultura, pesca, silvicultura, caça e apanha.

As mudanças climáticas elevarão os níveis do mar, reduzirão as chuvas e aumentarão as temperaturas. O relatório aponta estimativa de aumento de 50

centímetros no nível do mar nos próximos 40 anos, o que poderá inundar áreas costeiras de 31 países da América Latina e do Caribe, incluindo o Brasil.

O desmatamento, entretanto, é o maior desafio apontado no cenário atual. Na última década, América Latina e Caribe sofreram as maiores perdas florestais, seguida pela África Subsaariana e pelos Estados Árabes. As demais regiões ganharam ligeira cobertura, causada pelas políticas de reflorestamento. Ainda assim, a desertificação ameaça as terras áridas de um terço da população mundial.

CAPÍTULO 3 - FORMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE

3 - Tecnologia e Empresas: Redução e Conscientização da População

Empresas do setor de tecnologia da informação possuem a oportunidade singular de desempenhar um papel decisivo para a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência, ao criar soluções que ajudem a estes cidadãos desempenharem seu potencial e contribuir para o avanço da sociedade. As empresas atuantes do segmento devem ter entre seus objetivos a combinação da inovação e do desenvolvimento tecnológico com a criação de ferramentas que possibilitem uma maior integração social.

Através da construção de uma rede de parcerias, as empresas de TI podem diminuir a desigualdade digital desenvolvendo tecnologias vanguardistas na área da acessibilidade e inclusão. Existem atualmente alguns projetos inovadores que visam melhorar a interação e a mobilidade destes cidadãos, como ferramentas que permitem a comunicação com pessoas com deficiência motora severa, ou aplicativos que visam melhorar a expressão oral e escrita de adultos com autismo ou ainda soluções voltadas para guiar pessoas cegas em edifícios e ambientes fechados.

No que tange iniciativas gratuitas e de acesso liberado para a população, existem destaques como as soluções Head Mouse e Teclado Virtual, que permitem que as pessoas com problemas de mobilidade, tanto as mais severas como tetraplégicos ou amputados, quanto às pessoas que estão temporariamente com limitações motoras, possam usar o mouse e o teclado do computador através de movimentos do rosto e cabeça detectados através de um webcam.

É justamente no âmbito da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência que as empresas TI tem a oportunidade única de exercer o papel de cidadão corporativo, fazendo o que melhor sabem fazer: criar soluções que ajudem a sociedade avançar, permanentemente inovando a tecnologia para atender as demandas da sociedade, assegurando que ela também deve e pode melhorar a vida de todas as pessoas, sem nenhum tipo de distinção.

3.1 – Construção Políticas Públicas ao Combate

Essa estabilidade inaceitável na **desigualdade social** tem forte correlação com as políticas públicas. Peguemos o **Bolsa Família**. O programa custa, aproximadamente, 26 bilhões por ano (baixo custo frente a um orçamento de 1 trilhão e trezentos milhões, grosso modo) e teve sucesso em colocar as crianças na escola, principalmente no ensino fundamental.

As perguntas seguintes são: a escola é de qualidade? Se o aluno concluiu o ensino médio, vai conseguir se inserir no mercado de trabalho? Há alguma ajuda da escola no direcionamento da escolha do aluno ao ambiente econômico local? Vamos tornar o **Bolsa Família** um programa de assistência perpétua? Como saber se a família assistida já atingiu um patamar de renda plausível à sua saída do programa? São perguntas simples, mas de respostas complexas e que nos permitem refletir sobre quais resultados desejamos. Porque se o resultado desejável fosse ampliar as matrículas no ensino fundamental, o programa poderia acabar hoje.

Quando se formula uma **política pública**, os objetivos a serem atingidos devem ser claros, assim como a avaliação da política deve ser obrigatória. Essa é a chave do sucesso. A avaliação de qualquer política pública deveria ser obrigatória. Quando se pensa em política pública se pensa em gasto, mas se esquece que sempre há uma maneira mais eficiente de se gastar. No **México**, a avaliação dos programas governamentais é obrigatória por lei, havendo, inclusive, amostragem aleatória de controle e tratamento nos **programas de transferência de renda**. Temos conhecimento no **Brasil** para fazer essa avaliação. Basta colocar em prática. No final, os objetivos de nossas políticas públicas não são claros, assim como não existe avaliação de resultados. Portanto, asseguro que há muito dinheiro mal gasto e muita política pública inócua em resolver o problema que pretende.

A **desigualdade** não se resolve somente com a tributação progressiva da renda, isto é, com a **tributação** mais intensa dos mais ricos. Deve haver uma contrapartida obrigatória de política pública voltada aos mais pobres, materializada em despesa orçamentária ou gasto tributário.

Pense que hoje uma reforma tributária decidiu tributar fortemente os mais ricos, mas que o dinheiro arrecadado foi utilizado num programa de auxílio à compra de carros de luxo. Na teoria você olha a **índice de GINI** diminuindo na renda pós-tributação, mas há alguma coisa a comemorar? Essa comemoração só seria possível se o dinheiro fosse aplicado em um programa de melhoria das escolas nas favelas. O governo é o responsável por fazer a transferência de renda dos ricos para os pobres. E é preciso que a sociedade cobre cada vez mais

não só a correta aplicação do recurso, mas também a política pública mais adequada ao local e ao momento.

Voltando à pergunta, deve haver uma troca paulatina da **tributação sobre o consumo** para a tributação sobre a renda e **propriedade**, como proponho na minha dissertação de mestrado elaborada na **Universidade de Brasília** em 2014. Isso torna a **tributação mais progressiva** (mais intensa sobre os mais ricos). Não dá para fazer isso da noite para o dia num país cuja renda per capita anual era de R\$ 35.000 em 2011 e que em 2016, após a **crise econômica**, está em torno de R\$ 26.000. Essa mudança tem que ser gradual e considerar que a **arrecadação do Imposto de Renda** implica transferências aos Estados e Municípios.

Portanto, diminuir tributos sobre consumo da competência da **União** como **PIS** e **Cofins** e compensar com um aumento no **IRPF**, por exemplo, implica perda de arrecadação para a União. Há que se reduzir o **ICMS** e **ISS** também, e isso é outra discussão. Certo também que o **sistema tributário** se tornou muito complexo, com a legislação federal, com 27 legislações diferentes de **ICMS** e milhares de **ISS**, o que impõe um custo de cumprimento muito alto ao contribuinte e acaba deteriorando o ambiente de negócios.

O pacto federativo precisa ser reavaliado de forma lúcida. Acho que alguns meses de reflexão e auxílio de bons acadêmicos pode produzir propostas pontuais e de fácil implementação, como a proposta de nova legislação do **PIS** e **Cofins** produzida pela **Receita Federal**. Acho que a situação política não recomenda uma reforma ampla como a proposta recentemente elaborada pelo Deputado **Haully** no Congresso Nacional.

3.2 – Cidadão de todas Classes Sociais - Formas de Conscientização

Em recente comentário feito pelo professor Edison Yamazaki encontramos a seguinte contribuição: quando apresentamos o texto Mais do Mesmo.

“Não existem soluções simples, porque toda e qualquer ação necessariamente deverá passar pelo homem portanto, o jeito é ir conscientizando cada homem que vier pela frente, sejam eles ricos ou pobres. O abismo social é um dos grandes problemas brasileiro”.

MAIS DO MESMO – EDISON YAMAZAKI

De fato, a necessidade de realizar a conscientização é tarefa de todo cidadão ou cidadã independentemente de seu exercício profissional, mas, em especial, dos professores envolvidos com a Educação Básica. Há, de fato, descaso com a Educação, com os recursos que são necessários ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, com a formação continuada dos docentes, com os aviltantes salários que são definidos para estes formadores de

nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos enfim, Educação não é, em nosso país, compreendida como um investimento para o país. Em recente pesquisa publicada pela Folha de São Paulo foi “demonstrado” que os componentes curriculares Filosofia, Sociologia, História e Geografia, entre outros, foram responsáveis pelos baixos índices dos alunos nos componentes curriculares Matemática, Língua Portuguesa e Redação. A matéria foi realizada por economistas e, portanto, conduzida na mesma direção: os gastos com a Educação são geridos com baixa qualidade e inadequação.

Interessante observar que a matéria relata que o estudo foi realizado envolvendo populações de baixa renda. A pesquisa preferiu atribuir responsabilidade às disciplinas mencionadas e abandonar, uma vez mais, a população de baixa renda à sua própria sorte em meio a tantas mazelas propiciadas, argutamente, pelos gestores públicos em nosso sofrido país.

O total investido em combate a desigualdade no Brasil correspondia a apenas 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje são 6%.

“O Brasil não gasta pouco com educação pública, mas gasta de forma extremamente ineficiente”

BERNARD APPY – CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Como consequência, a qualidade da educação pública, nos ensinos fundamental e médio, é muito baixa, o que afeta principalmente as camadas mais pobres da população, que não podem pagar pelo ensino privado.

As consequências dessa situação se manifestam também na baixa produtividade do trabalhador brasileiro. Esta, por sua vez, contribui para os baixos salários, observa Pessoa.

Já o Estado pouco faz para mudar essa situação por meio de uma política fiscal mais justa ou elevando os gastos sociais. “O Estado é quase neutro na forma como interfere na desigualdade”, constata o economista.

O sistema fiscal também contribui de forma expressiva para a desigualdade brasileira. Enquanto os 10% mais pobres usam cerca de 32% de sua renda para pagar impostos, a carga tributária dos 10% mais ricos é de 21%.

“O sistema tributário brasileiro é fortemente concentrado no consumo”, comenta Tathiane dos Santos Piscitelli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isso naturalmente gera injustiça. As famílias pobres acabam reservando uma parcela muito maior dos seus ganhos para o consumo, o que faz com que elas também paguem, proporcionalmente, muito mais impostos do que os mais ricos, que destinam uma parcela menor dos seus vencimentos ao consumo.

Além disso, o imposto de renda também favorece os mais ricos. “A tributação sobre a renda deveria ser progressiva, mas na verdade é regressiva, pois há isenção total sobre a

distribuição de lucros e dividendos da pessoa jurídica para pessoa física”, comenta Piscitelli. O imposto para empresas está em 34%, mas muitas delas usam furos na legislação para pagar bem menos. “É um ponto que precisa ser repensado.”

Assim como o sistema previdenciário, cujo déficit não para de aumentar. Responsável por essa situação são as aposentadorias do serviço público. “O setor público garante uma aposentadoria absolutamente fora da realidade”, comenta Pessoa. Mas tentativas de reforma esbarram na oposição dos funcionários públicos. “O setor público é cooptado pelas corporações. E os servidores públicos fazem o Estado servir a eles, e não ao público.”

Hoje o Brasil destina o equivalente a 14% do PIB para pagar aposentadorias. No Japão são apenas 10%, apesar de no país asiático haver, em relação à população, quatro vezes mais aposentados. Como resultado, falta dinheiro para investimentos em infraestrutura, escolas e hospitais. “Tudo isso estimula as pessoas a pagarem menos impostos”, diz Pessoa, o que cria um círculo vicioso.

“A crise econômica que começou em 2014 ameaça os avanços registrados nos últimos anos no combate à pobreza. De 2001 a 2014, o Brasil vivenciou uma redução anual na desigualdade, e a renda dos 5% mais pobres cresceu duas vezes mais que a renda média”, diz o economista Marcelo Neri, ex-presidente do Ipea. “Nesse período, programas sociais diminuíram a pobreza em dois terços. Mas atualmente a desigualdade vem crescendo fortemente, o que não acontecia desde 1989.” Segundo Neri, 7 milhões de brasileiros voltaram para a pobreza desde 2014.

O resultado são 13 milhões de desempregados, 34 milhões de trabalhadores informais e 27 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. Já os trabalhadores com carteira assinada são apenas 33 milhões. “Precisamos reduzir de forma rápida o nível de informalidade no mercado de trabalho para dar ao trabalhador condições de acesso às garantias mínimas das leis trabalhistas”, afirma o ex-presidente do Banco Central Carlos Geraldo Langoni. “Só com um crescimento anual de 3% ou 4% é possível pensar em políticas sociais.”

Appy defende uma simplificação do sistema tributário “complexo e ineficiente”, bem como cortes nos benefícios fiscais às empresas. “O modelo brasileiro está contaminado por uma quantidade monumental de benefícios fiscais para setores e empresas”, comenta. “Isso gera distorções econômicas enormes e problemas políticos.” Ele calcula que 10% do PIB são perdidos dessa maneira. Appy sugere uma reforma radical em favor da redistribuição. “Estamos propondo cruzar os dados de CPF na compra de bens de consumo com os dados do cadastro de programas sociais – e devolver aos pobres, via transferência de renda, uma parcela relevante

dos impostos que pagarem no seu consumo. Assim focamos nas pessoas certas.” Quatro candidatos presidenciais – Ciro Gomes, Marina Silva, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad – manifestaram apoio à ideia, afirma.

CONCLUSÃO

Após realizar as diversas etapas deste trabalho de pesquisa sobre desigualdade social: fatores que condicionaram a desigualdade social no Brasil, pode-se dizer que a desigualdade social no Brasil tem muitas consequências históricas, e dificilmente se conseguirá equilibrar a distribuição de renda e diminuir as desigualdades sociais do país com as políticas públicas que vem sendo desenvolvidas. Percebeu-se que o país passou por uma transformação política, econômica e social ao longo de sua formação territorial e muitos ficaram a margem desse desenvolvimento.

E para uma possível mudança na desigualdade social, tanto no Brasil quanto no Mundo, espera-se uma radical mudança de pensamentos em questões como: inclusão social, distribuição de renda e tributações. Onde todos esses fatores sempre colaboram para que o rico sempre fique mais rico, e o pobre sempre permaneça pobre com chances mínimas de escalada na pirâmide social.

REFERÊNCIAS

- [1] CARTA CAPITAL. Como o Brasil alimenta a desigualdade? Agosto, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-o-brasil-alimenta-a-desigualdade>
- [2] CASTRO, F. Construção de políticas públicas efetivas de combate à desigualdade tem que ser a agenda do Brasil, IHU. Set. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572024-a-diminuicao-da-desigualdade-tem-que-ser-a-agenda-do-brasil-entrevista-especial-com-fabio-castro>
- [3] CREDIT SUISSE. Revista Forbes
- [4] HANAUER, N. Cuidado amigos Plutocratas as forquinhas estão por chegar. Agosto 2014. Disponível em: https://www.ted.com/talks/nick_hanauer_beware_fellow_plutocrats_the_pitchforks_are_coming?language=pt-br
- [5] WORLD INEQUALITY REPORT, 2108. <https://wir2018.wid.world/>

[7] ZUCMAN, G., Saez, E. O crescimento da desigualdade no capitalismo contemporâneo. Le Monde Diplomatique, Brazil, Jul., 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-crescimento-da-desigualdade-no-capitalismo-contemporaneo/>